

ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 20* VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE – MG

JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO: CLÁUDIO ROBERTO CARNEIRO DE CASTRO



Lei de Criação nº 7.729, 16-01-1989 Data da instalação: 19-05-1989 Data de implantação do PJe: 24-3-2015

Jurisdição: Belo Horizonte

Edital de Correição divulgado no DEJT em 16-10-2019, p. 4/5.



ATA DE CORREIÇÃO

Às 7h40min do dia vinte e dois de novembro de 2019, o Excelentíssimo Desembargador Dr. Fernando Luiz Gonçalves Rios Neto, Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária na 20ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, situada na Avenida Augusto de Lima, 1.234 – 13º andar, na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 30, I, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, sendo recebido pelo MM. Juiz do Trabalho Titular da Vara, Dr. Cláudio Roberto Carneiro de Castro; pela Secretária da Vara do Trabalho, Sra. Ângela Pereira Correia Dan; pelos servidores Ana Paula Santos Guilherme, Isabela Teixeira de Lima Araújo, Jeimes Gadioli Arrais, João Guilherme Ferreira Marques, Juliana Armond Couto Marchetti, Marcelo Gonçalves Ribeiro, Mariara da Conceição Assis de Castro, e Rosemeire Alves de Carvalho e pelo estagiário Bruno Rodrigues Pereira. Ausentes os servidores Luiz Paulo de Carvalho Serrano Júnior e Sylvia Maria Caldeira Brant em férias regulamentares.

Iniciada a correição no horário acima registrado, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor examinou:

Registra o Excelentíssimo Desembargador Corregedor a presença da Excelentíssima Desembargadora Ana Maria Amorim Rebouças.

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

- 1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 880 processos eletrônicos, distribuídos neste ano até o dia 20-11-2019, apurando-se a média de 4,4 processos por dia útil.
- 1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS A Vara recebeu 97 cartas precatórias até o dia 20-11-2019, das quais 57 foram devolvidas para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto aos sistemas da Secretaria.
- 1.3. CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS A Vara expediu 102 cartas precatórias até o dia 20-11-2019, das quais 79 foram devolvidas pelos juízos deprecados, conforme consulta efetuada no sistema e-Gestão.
- 1.4. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT Existe o registro de 593 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 344 processos foram remetidos até o dia 20-11-2019.
- 1.5. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO Há 65 autos de processos com carga, todos no prazo legal, observadas as férias da MM. Juíza Anaximandra Kátia Abreu Oliveira, de 16-10 a 14-11-2019.



- 1.6. CARGA PARA ADVOGADOS Existem 22 autos de processos físicos com carga, das quais 3 vencidas e cobradas.
- 1.7. CARGA PARA PERITOS Consta 1 processo físico com carga, vencida e cobrada. Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 39 processos com perícia designada e 26 processos pendentes de aprovação pela Secretaria da Vara.
- 1.8. MANDADOS EXPEDIDOS Constam 5 mandados expedidos em processos físicos e 641 expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 1 pendente de cumprimento em processo físico e 16 mandados pendentes de cumprimento no PJe, no prazo.
- 1.9. REMESSA DE PROCESSOS AO SERVIÇO DE CÁLCULOS JUDICIAIS Há 43 autos de processos com carga para a Secretaria de Cálculos Judiciais, todos no prazo.
- 1.10. PROCESSOS ADIADOS SINE DIE Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 46 processos sine die, incluindo aqueles constantes da listagem de processos na fase de conhecimento sem audiência marcada. Os processos examinados aguardam decisão do STF.
- 1.11. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO a taxa de congestionamento na fase de conhecimento 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico do TRT 3ª Região, foi de 44,95% em 2015, de 37,48% em 2016, de 38,88% em 2017 e de 36,69% em 2018. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 é de 39%.
- 1.12. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

FASE DE CONHECIMENTO (de 1°-1-2019 até 20-11-2019) (fonte: e-Gestão)

 Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	69
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	4
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	443
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	52



 Indicador Pendentes (I02): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Saldo de processos do item 377 no final do período de referência	13
	Saldo de processos do item 90377 no final do período de referência	701

 Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (I03): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	# 일어(전) 전 전 전 (CONT) THE TREE TO	Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	52

1.13. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO – Existem 1.392 processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 950 processos em execução, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 1 processo suspenso por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 441 processos no arquivo provisório, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327.

Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, de 1º-1-2019 até 20-11-2019.



No ano 2018, até dia 20-11 havia 1.637 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- a) 1.126 processos em execução, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 3 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 508 processos no arquivo provisório, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327.

A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico TRT 3º Região, foi de 75,67% em 2016, de 68,91% em 2017 e de 64,28% em 2018. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 é de 59%.

- 1.14. PROCESSOS INCIDENTAIS À FASE DE EXECUÇÃO: de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 20-11-2019, existem 96 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 124, 90124, 144, 90144, 150, 90150, 156, 90156, 162, 90162, 168 e 90168.
- 2. PROCESSOS EXAMINADOS Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 22-11-2019 havia 6 processos:

- a) instrução: 5 processos;
- b) encerramento de instrução: 1 processo.

Foram examinados os autos dos processos 0010976/17, 0011545/17, 0010536/17, 0010981/15, 0011292/15 e 0011360/15.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se que estão em ordem.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS ADIADOS SINE DIE; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Exame dos autos dos processos 0010302/17, 0010740/19, 0010760/19, 0010721/19, 0010745/19, 0010587/19, 0010393/19, 0010755/19, 0010747/19, 0010664/19, 0010631/16, 0010422/19, 0010383/19, 0010623/19, 0010395/17, 0010630/17, 0011046/16, 0010642/17, 0010014/17, 0011136/17, 0010292/18, 0010291/18, 0010286/18, 0011279/15, 0011741/16, 0010210/19, 0010261/19, 0010269/19, 001092/16, 0010418/19, 0010450/19, 0010387/19, 0011122/17, 0010498/19, 0010538/19, 0010846/19, 0011533/17, 0010298/19, 0011752/16, 0010723/19, 0010736/19, 0010263/17, 0011550/17, 0010833/19, 0010683/19, 0007500/08, 0000444/13, 0002517/13, 0010135/19, 0010371/19, 0010099/19, 0011812/16, 0010274/19, 0010246/16, 0010665/18, 0010462/18, 0010338/17, 0010535/19, 0010855/18, 0010456/16, 0010770/19, 0010271/19, 0010391/18, 0010339/19, 0010412/19, 0010654/19, 0010484/19, 0010523/19, 0010631/19, 0010741/19, 0010945/19, 0010946/19, 0010948/19 e 0010949/19.



RESULTADO - examinados os autos, constatou-se:

PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO

- 0010261/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria impulso oficial
 Id 2cd6fcb (sem movimentação há mais de 20 dias);
- 0010387/19: acordo homologado Id 1628d4f, ausentes as partes, contrariando o Provimento 1/1996 deste Regional;
- 0010371/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria despacho Id 9f12526 (mais de 30 dias);
- 0010523/19: acordo homologado, ausente o reclamante Id 3f5393a, contrariando o Provimento 1/1996 deste Regional.

Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos "Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos", divulgada por meio do Oficio Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

- 2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.
- 2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 14 ações civis públicas em tramitação.
- 2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 8 ações civis coletivas em tramitação.

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA -

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2017	2018	2019
Procedimento sumaríssimo	23	22	9
Procedimento Ordinário	71	26	11
Instrução processo físico	1.025	1.473	1.945
Instrução processo eletrônico	148	249	270

Apuração conforme dados extraidos do sistema e-Gestão.



Disponibilidade de Pauta 2017 2018 2019 9-12-2019 - 11 dias úteis 11 dias 11 dias úteis corridos

Procedimento sumaríssimo Procedimento Ordinário 11 dias 11 dias úteis 9-12-2019 - 11 dias úteis corridos 364 dias úteis Instrução 403 dias 1°-3-2021 - 276 dias úteis corridos

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2019 até 20-11-2019).

1) Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento. (fonte: e-Gestão)

	Quantidade de pro- cessos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajui- zamento da ação até a prolação da sentença — procedimento suma- ríssimo (item 271)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajui- zamento da ação até a prolação da sentença – procedimento suma- ríssimo (item 90271)	529	116
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajui- zamento da ação até a prolação da sentença - exceto rito sumaríssimo (item 272)	9	1.918
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajui- zamento da ação até a prolação da sentença - exceto rito sumaríssimo (item 90272)	413	467

2) Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (105): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução. (fonte: e-Gestão)

	Quantidade de pro- cessos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do iní- cio da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos – proce- dimento sumaríssimo (item 359)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do iní- cio da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos – proce- dimento sumaríssimo (item 90359)	145	51
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos – exceto procedimento sumaríssimo (item 371)		0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos — exceto procedimento sumaríssimo (item 90371)	208	110



 Indicador Prazo Médio Fase de Execução (I06): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.
 (fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corri- dos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	205	2.452
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	673	479
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	50	2.880
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	10	568

No ano 2018, apurou-se que, em 224 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano-2018	Média/dia útil
Julgados procedentes	31	0,14
Julgados procedentes em parte	308	1,37
Julgados improcedentes	149	0,66
Extintos com resolução de mérito	2	0,01
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	490	2,19
Extintos sem resolução de mérito	36	0,16
Arquivamento	156	0,70

Desistência	42	0,19
Outras decisões sem exame de mérito	57	0,25
Total sem exame de mérito	291	1,30
Decisões de conhecimento	781	3,49
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	261	1,16
Decisões na fase de execução	209	0,93
Total	1.251	5,6

4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS – Em outubro de 2019, com 22 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	6	0,27
Conciliação em execução	6	0,27
Encerramento de instrução Os encerramentos de instrução não são somados	3	0,14
Inicial	38	1,73
Inicial (rito sumaríssimo)	1	0,04
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	2	0,09
Instrução	57	2,59
Instrução (rito sumaríssimo)	14	0,64
Una	62	2,19
Una (rito sumarissimo)	0	0
Total	171	7,8



No mês de outubro de 2019, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram proferidas 48 sentenças de conhecimento, conforme apurado nos itens 40/43 e 46; 90040/90043 e 90046, 27 decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração, conforme itens 115 e 90115. Foram conciliados 28 processos, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Constatou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor, mediante informação da Secretária da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas de segunda-feira a quinta-feira, a partir das 13h30min. O intervalo entre as audiências é de 5 minutos para as de procedimento sumaríssimo, 10 minutos para as de procedimento ordinário e de 15 minutos para as instruções.

Em atendimento ao artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, declara o magistrado que comparece nesta unidade organizacional de segunda-feira a quinta-feira e que mantém afixado na Secretaria da Vara as datas em que presta atendimento, bem assim aquelas em que se encontra fora da sede do juízo, mas no exercício de suas respectivas funções.

Declara o magistrado, quanto à residência, que cumpre a disposição contida no artigo 30, inciso IV, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantém o cadastro atualizado na Secretaria Geral da Presidência.

De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho, na Unidade, são exarados, em média, 550 despachos por semana.

AUXÍLIO FIXO: Recomenda a Corregedoria Regional que, atuando outro (a) magistrado (a) na Vara, seja observado o disposto no artigo 330 do Provimento Geral Consolidado nº 3/2015, do TRT da 3ª Região, que determina que "nas Varas do Trabalho que contarem com Juiz Auxiliar é vedado o comparecimento semanal alternado entre Magistrados".

5. PRODUÇÃO –

Movimentação Anual	de Processo	S
	2017	2018
Processos recebidos	1.558	816
Média por dia útil	7,08	3,6
Processos remanescentes do ano anterior	1.027	979
Sentenças anuladas	36	37
Total de processos para solução	2.621	1.832
Processos solucionados	1.621	1.112
Processos conciliados	473	331
Produção	61,85%	60,70%



Analisando os dados supra, verificou-se uma diminuição de 47,62% em relação ao número de processos recebidos no ano 2017. Quanto à produção, verificou-se que em 2018 houve uma diminuição de 1,15%.

5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho (IGEST) – instituído no âmbito do TRT da 3ª Região por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR N. 104, de 18 de dezembro de 2018, o Índice Nacional de Gestão de Desempenho (IGEST), que substitui o MGD, é um indicador que foi desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do CSJT com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o País e busca auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível e se alinha às Metas nacionais e ao Plano Estratégico do TRT da 3ª Região. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando-se um instrumento eficaz de gestão.

MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE: (de 1°-1-2019 até 20-11-2019)

 Indicador Taxa de Conciliação (107): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	339
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	997

 Indicador Taxa de Solução (108): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	997
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	

 Indicador Taxa de Execução (I13): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	280
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	1.039



MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: (de 1º-1-2019 até 20-11-2019)

 Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento		Fase d	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	714
Baixados na Conhecimento	Fase	e d	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	938

 Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	979
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	883

MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO: (de 1º-1-2019 até 20-11-2019)

 Indicador Produtividade por Servidor (II1): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	938
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	883
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	10

 Indicador Pendentes por Servidor (112): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 337 e 90337 no final do período de referência	714
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	979
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	10

Indicadores / Período de referência		Ano 2018 01/01/2018 a 31/12/2018	1° trim 2019 01/04/2018 a 31/03/2019	2º trim 2019 01/07/2018 a 30/06/2019	3° trim 2019 01/10/2018 a 30/09/2019	1 C 1 C C C C C C C C C C C C C C C C C
	101 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	1,24	1,97	1,76	1,09	
	102 - Pendentes	2.166	2.079	1.979	1.814	
	103 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	0,00	3,03	0,00	0,00	
	104 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	269,12	263,58	259,31	268,24	
	105 - Prazo médio na liquidação (em dias)	139,00	131,68	112,47	94,04	
	106 - Prazo médio na execução (em dias)	1.267,84	1.137,93	789,66	1.039,12	
Indicadores	107 - Taxa de conciliação (%)	29,77	30,77	32,09	33,89	
	108 - Taxa de solução (%)	130,36	121,83	115,89	111,72	
	113 - Taxa de execução (%) 109 - Taxa de	161,64	183,93	223,39	303,37	
	congestionamento no conhecimento (%)	46,11	45,16	43,64	40,12	
	110 - Taxa de congestionamento na execução (%)	56,51	54,87	55,37	50,89	
	111 - Produtividade por servidor	161,17	162,75	157,33	181,73	
	112 - Pendentes por servidor	172,00	164,33	155,42	153,91	
	Acervo	0,38	0,69	0,40	0,37	
	Celeridade	0,49	0,46	0,40	0,39	
Meso	Produtividade	0,55	0,56	0,50	0,48	
	Congestionamento processual	0,51	0,54	0,54	0,49	
	Força de trabalho	0,50	0,53	0,52	0,47	
Macro	IGEST	0,4852	0,5555	0,4707	0,4394	
Posição IGEST		106	139	96	86	
Movin	nentação processual	1501 a 2000	1501 a 2000	1501 a 2000	1501 a 2000	

Fonte: Sistema e-Gestão Dados gerados em 24/10/2019



6. ARRECADAÇÃO -

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$5.107.418,74	R\$787.456,72

- PORTARIAS De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho não há Portaria em vigor.
- 8. BACEN JUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega o BACEN JUD, o INFOJUD e RENAJUD, com o intuito de localizar bens passíveis de penhora, bem como o SIMBA e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC, para a requisição de informações sobre movimentações bancárias. Detectou, ainda, que havia 11 ordens de bloqueio do BACEN JUD pendentes na Vara do Trabalho, devendo a Secretaria fazer os processos conclusos ao magistrado.
- 9. DA SECRETARIA Concluída a Correição, de acordo com os critérios acima especificados, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor examinou 80 autos de processos, sendo que em 2 foram encontrados excessos de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foi observada a Resolução Conjunta GP/CR N. 58 de 13 de outubro de 2016 e suas posteriores alterações.

10. RECOMENDAÇÕES:

10.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

As recomendações gerais foram entregues à Secretária da Vara nesta data. Também foram entregues as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

10.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que sejam (m):

- 1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, incluindo em pauta no mínimo 15 processos, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o caput do artigo 764 da CLT, no sentido de que "os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação", frisando-se que "para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos", nos moldes do § 1º do referido artigo;
- continuados os procedimentos para o cumprimento da Resolução Conjunta GP/CR N. 112, de 1ª de julho de 2019, publicada no DJE de 1º-7-2019 dispondo sobre a conversão de autos



físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região;

- exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I do CPC;
- envidados esforços para aumentar a produção, tendo em vista os dados apurados no item 5 desta Ata;
- 5) evitada a homologação de acordo, sem a presença pessoal das partes, conforme Provimento
 1/1996 deste Regional;
- 6) realizada redução do prazo de designação de audiências nos processos de instrução de rito ordinário, bem como do volume dos processos de execução com a inclusão destes em pauta, de forma seletiva, considerando aqueles com potencial para encerramento pela via da composição.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

10.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2018:

A Corregedoria Regional verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:

- exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I, do CPC;
- envidados esforços para aumentar a produção, tendo em vista os dados apurados no item 5 da Ata.

A Corregedoria Regional reitera a observância das recomendações acima.

11. Gestão Estratégica

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015/2020 do TRT3 devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:

Meta 1 CNJ/Meta 6 CSJT: Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente;

Em 2018, quando a Meta era "julgar pelo menos 92% da quantidade dos processos de conhecimento distribuídos no período" esta unidade organizacional atingiu o percentual de



143,58% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 140,18%.

No ano 2019, até o dia 31-10-2019, o percentual alcançado foi de 105,71% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 112,99%.

Meta 2 CNJ/Meta 7 CSJT: Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos 1º e 2º graus.

Em 2018, quando a Meta era "identificar e julgar, até 31-12-2018, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31-12-2016, no 1º grau", esta unidade organizacional atingiu o percentual de 95,52%, do valor da meta estipulado para o ano de 2018, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 103,57%.

No ano 2019, até o dia 31-10-2019, o percentual alcançado foi de 87,54% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 97,66%.

Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017;

Em 2018, quando a Meta era "aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em 6 pontos percentuais, até 2020 (2pp)", esta unidade organizacional atingiu o percentual de 74,66% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 84,01%.

No ano 2019, até o dia 31-10-2019, o percentual alcançado foi de 42,05% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 44%.

Meta 5 CNJ/Meta 11 CSJT: Índice de Execução (IE) - Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

Em 2018, quando a Meta era "baixar pelo menos 92% do total de casos novos de execução no período", esta unidade organizacional atingiu o percentual de 117,48%, do valor da meta estipulado para o ano de 2018, tendo cumprindo a Meta. O resultado deste Regional foi de 115%, considerando os valores apurados no sistema de lançamentos de metas nacionais do CNJ e no SIGEST/CSJT.



No ano 2019, até o dia 31-10-2019, o percentual alcançado foi de 168,97% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 103,98%.

Meta 6 CNJ/Meta 8 CSJT: Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31-12-2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau.

Em 2018, quando a Meta era "identificar e julgar, até 31-12-2018, 98% das ações coletivas distribuídas até 31-12-2015 no 1º grau", esta unidade organizacional atingiu o percentual de 59,52% do valor da meta estipulado para o ano de 2018 tendo cumprido a Meta, sendo que para ao atingimento da meta era necessário que o valor fosse maior ou igual a 100% sendo que o resultado deste Regional no 97,69%.

No ano 2019, até o dia 31-10-2019, o percentual alcançado foi de 72,03% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 96,97%.

Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo - Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017.

Em 2018, quando a Meta era "reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2016, em 5% até 2020 (2%)", o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 269 dias, sendo que o resultado deste Regional foi de 217 dias. Observa-se que a meta em 2018 era de 147 dias. Assim, o percentual cumprimento da Meta foi de 183,07%, não tendo cumprido a Meta, sendo que, neste item, diferentemente dos demais, o percentual abaixo de 100% é a referência para o atingimento da referida Meta. O resultado deste Regional foi de 147,64%.

No ano 2019, até o dia 31-10-2019, o tempo médio alcançado foi de 283 dias, sendo o resultado deste Regional para o mesmo período de 226 dias.

- 12. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.
- 13. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.



14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara mantenha a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é "Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social".

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em "ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão", segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que o Excelentíssimo Desembargador Corregedor não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 10h30min do dia vinte e dois de novembro de 2019, em sessão pública, antecedida de pregão, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior _________, Secretário da Corregedoria, lavrei a presente ata, impressa em fente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedor, pelo MM. Juiz do Trabalho Titular da Vara e pela Secretária da Vara do Trabalho. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor, além do Sr. Secretário da Corregedoria acima nominado, foi composta pelo servidor José Múcio Antônio Lambertucci.

Fernando Luiz Gonçalves Rios Neto Desembargador Corregedor do TRT/3ª Região

Cláudio Roberto Carneiro de Castro Juiz do Trabalho Titular da Vara

Angela Pereira Correia Dan Secretária da Vara do Trabalho